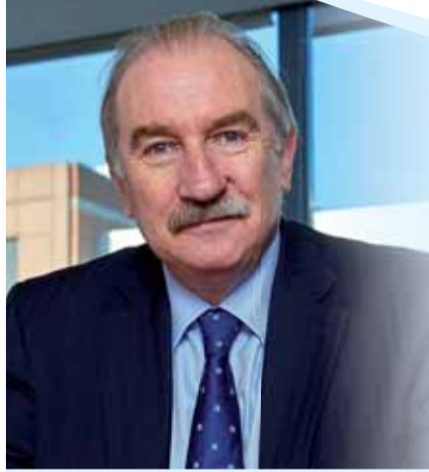




# CESE Info

## Comité Económico e Social Europeu

### Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada maio de 2016 | PT



#### EDITORIAL

### Caros leitores,

Passou mais um mês, e enquanto a comoção suscitada pelos atentados terroristas de Bruxelas dá progressivamente lugar a uma atmosfera mais tranquila, o mundo continua atento à forma como a Europa responde aos desafios atuais – migração, Brexit, crise da dívida grega, só para mencionar alguns.

A maior parte destes desafios permanece sob a superfície. Continua-se a debater um acordo muito controverso com a Turquia, e as suas consequências ainda não são visíveis. Acreditamos mesmo que este acordo pode oferecer uma solução duradoura para os crescentes fluxos populacionais que, segundo todos peritos, continuarão a aumentar? Onde está a solução a nível europeu defendida por este Comité?

O Brexit também é uma questão incendiária. Irá ela extinguir-se no dia 23 de junho ou consumir-nos-á a todos, não só ao Reino Unido mas também ao resto da Europa, no rescaldo inimaginável de uma saída britânica? Sou um acérrimo defensor da Europa. Espero sinceramente que os defensores da permanência na UE prevaleçam no final. Venho da Irlanda do Norte, onde a Europa constitui o fundamento de muito do que conseguimos realizar em termos de construção de pontes entre comunidades. Na minha opinião, um voto a favor da saída pode representar a destruição das pontes não só com o resto da Europa como até com o mundo.

E o que dizer sobre a crise da dívida grega? Enquanto os responsáveis políticos estavam ocupados a impedir os refugiados de entrar na Europa e o Reino Unido de sair, «a mãe de todas as crises da UE», como advertiu o *Financial Times* na semana passada, «tornou lenta e silenciosamente a ganhar terreno». Perante o risco de um incumprimento, a não ser que a Grécia receba a sua próxima tranche de ajuda financeira, a ameaça da saída da Grécia da área do euro voltará a surgir.

Se quiser reconquistar a confiança dos cidadãos que perdeu nos últimos anos, a UE tem de encontrar soluções duradouras para estes desafios. E, num momento em que o mundo vê a Europa como o paradigma de um campo de batalha outrora permanente e agora transformado num espaço de paz duradoura, democracia, prosperidade e abertura, a Europa tem de oferecer soluções que sejam dignas da Europa – audaciosas, inovadoras e humanas. O CESE está disposto a contribuir, com as suas ideias e propostas, para este esforço europeu. Há alguém que nos ouça?

Michael Smyth

Vice-presidente do CESE responsável pelo Orçamento

#### AGENDA

**25 e 26 de maio de 2016 / CESE, Bruxelas:**  
Reunião plenária do CESE

**28 de maio de 2016 / CESE, Bruxelas:**  
Dia de Portas Abertas

#### NESTA EDIÇÃO

**2** Promover a participação da sociedade civil em todos os aspetos da União da Energia

**3** Jornada Digital no CESE

**4** Conferência do CESE sobre a Estratégia da Aviação para a Europa

#### BREVEMENTE NO CESE

##### Países Baixos: um país dinâmico e preparado para o futuro

A partir de 25 de maio de 2016, o CESE será palco de uma exposição para apresentar as indústrias criativas neerlandesas especializadas na tecnologia marítima e dos deltas, bem como na inovação e na sustentabilidade. A exposição, organizada em cooperação com a Presidência neerlandesa da UE, estará patente no Átrio 6 do edifício JDE até 24 de junho de 2016. (sk/dm)



© Netherlands Enterprise Agency

## Políticas de integração nos dois sentidos beneficiarão refugiados e população local, afirma o CESE



Christa Schweng, relatora, e Panagiotis Gkofas, correlator

Num parecer adotado na sua reunião plenária de abril, o CESE defende que, para obter resultados, importa colocar maior ênfase nas políticas de integração e na utilização das boas práticas. Uma integração bem-sucedida contribuirá para a coesão social, o crescimento económico e a criação de emprego na Europa. Mas para que tal seja

possível, há que melhorar a comunicação e reforçar a interação com as comunidades de acolhimento – meios de comunicação social, órgãos de poder local, sindicatos, organizações de empregadores, ONG –, com o fito de gerar um clima favorável aos recém-chegados e conquistar o pleno apoio da população.

O CESE solicita que se invista em medidas específicas, tais como cursos de línguas e formação profissional: «Há que ministrar formação linguística logo após o registo, caso se preveja uma decisão favorável ao pedido de asilo», afirma Christa Schweng, relatora do parecer sobre esta matéria. «A formação deve incluir informações básicas sobre valores, cultura e processos, e é também necessário identificar as competências e qualificações». Importa assegurar uma integração rápida no sistema escolar dos menores não acompanhados ou fornecer orientações quanto às oportunidades de formação profissional. «Estamos convictos de que a integração dos refugiados é uma necessidade absoluta nas nossas sociedades, se queremos preservar a coesão social. A falta de integração pode levar à formação de comunidades paralelas, passíveis de desestabilizar os países de acolhimento. Por conseguinte, é do nosso interesse iniciar medidas de integração numa fase embrionária», acrescentaram Christa Schweng e o correlator Panagiotis Gkofas. (cad)

## Legislação sobre armas de fogo deve ser mais ambiciosa para aumentar segurança dos cidadãos, defende CESE

Os trágicos acontecimentos ocorridos recentemente na Europa intensificaram o debate sobre a revisão da Diretiva relativa à aquisição e à detenção de armas. A segurança dos cidadãos está cada vez mais ameaçada e urge combater a facilidade com que se obtêm armas de fogo, que continuam a cair nas mãos de grupos radicais, do crime organizado e de indivíduos perturbados.

O CESE considera que as clarificações e as novas regras mais coerentes em matéria de marcação e destruição de armas representam uma melhoria significativa. Contudo, o CESE insiste que a legislação sobre as armas de fogo não se deve limitar a ser apenas uma resposta imediata aos recentes atos de terrorismo. No seu parecer sobre o «Controlo da aquisição e da posse de armas», adotado na reunião plenária de abril, o CESE propõe algumas medidas específicas. Pela importância da rastreabilidade não só das armas mas também das munições, a indústria deve ser encorajada a estudar a possibilidade de marcar os projéteis de forma indelével.

É normalmente o projétil e não a arma que fica para trás num cenário de crime e esta marcação pode ser uma importante fonte de informação na investigação policial. O CESE considera que esses dados, se disponibilizados através de bases de dados interoperáveis geridas pelas forças da autoridade, tornariam as investigações consideravelmente mais eficazes.

Outra abordagem passaria por seguir o exemplo australiano e britânico nos seus programas de compra de armas. Em 1997, a Austrália deu início a uma reforma radical da legislação relativa às armas. Esta iniciativa retirou da circulação quase 700 000 armas e, em conjunto com outras novas restrições, fez decrescer drasticamente a taxa de homicídios com recurso a arma de fogo.

Outra área que requer atenção é a impressão 3D, uma vez que os progressos tecnológicos podem ser utilizados para produzir armas, tão letais quanto as outras, mas impossíveis de controlar ou rastrear e fabricadas sobretudo com materiais que



© Shutterstock/Dmytro

os sistemas de segurança tradicionais não conseguem detetar.

O CESE apoia a introdução da obrigatoriedade de realização de exames médicos, de saúde física e mental, com qualidade e exigências mínimas europeias, para a emissão ou renovação das licenças. Contudo, a diretiva poderia também definir requisitos para a frequência de formações para o manuseamento de armas de fogo e o armazenamento e transporte seguros de armas. (sg)



## Promover a participação da sociedade civil em todos os aspetos da União da Energia



Maroš Šefčovič, vice-presidente da Comissão, e Georges Dassis, presidente do CESE

O parecer sobre o estado da União da Energia 2015 (relator: Stéphane Buffetaut, Grupo dos Empregadores), adotado na reunião plenária do CESE de abril, apela a uma maior incidência na dimensão social da União da Energia e insta a Comissão a incluir este aspeto entre os critérios de apreciação do próximo relatório anual.

O CESE considera necessário melhorar os dados estatísticos em que se baseiam os relatórios, já que alguns estão desatualizados, outros são incompreensíveis ou mesmo inexistentes. O CESE observa igualmente que a governação da União da Energia não pode ser reduzida a um processo meramente administrativo, mas exige uma forte vontade política e uma visão partilhada pelos Estados-Membros e as instituições da UE.

Durante o debate com os membros do CESE na reunião plenária, Maroš Šefčovič, vice-presidente da Comissão, agradeceu ao CESE o seu apoio à União da Energia e sublinhou a importância do diálogo europeu sobre a energia proposto pelo CESE.

No seu parecer sobre a dimensão externa da política energética da UE (relator: Vitas Mačiulis, Grupo dos Interesses Diversos), adotado em 28 de abril, o CESE instou, mais uma vez, a Comissão e os governos nacionais a conferirem um amplo papel às organizações da sociedade civil no debate sobre a energia.

Um desafio fundamental para a UE é o facto de mais de 50% da energia consumida ser importada. Há que garantir a segurança destas importações. O círculo de parceiros na importação de energia deve ser alargado, dialogando com novos fornecedores de energia que sejam fiáveis.

Para que a política energética da UE tenha uma forte dimensão externa é necessária uma posição comum da UE. O CESE insiste em que, apesar da divergência entre os Estados-Membros no que toca a cabazes energéticos, estruturas de importação de energia e parceiros tradicionais, deve seguir-se a abordagem de «falar a uma só voz». (sg) ●

## Elisão fiscal: cidadãos europeus são quem paga a fatura

O planeamento fiscal agressivo, prática particularmente cara a algumas empresas multinacionais, está a produzir uma erosão da matéria coletável nos Estados-Membros da UE na ordem dos 50 a 70 mil milhões de euros por ano. A UE decidiu finalmente fazer pressão no sentido de pôr cobro a esta situação. O CESE apoia firmemente a proposta da Comissão, mas defende maior severidade para com quem tenta fugir ao fisco, salvaguardando ao mesmo tempo a competitividade da UE através de intensas negociações ao nível da OCDE e do G20.

Num parecer que adotou na plenária de abril, o CESE propõe uma aplicação uniforme em todos os Estados-Membros das regras previstas no Plano de Ação da OCDE sobre a erosão da base tributável e a transferência de lucros. Exorta igualmente a Comissão e os Estados-Membros a intensificarem as negociações internacionais ao abrigo da OCDE e do G20 para assegurar uma aplicação uniforme a nível da OCDE, incluindo nos EUA.

«Os impostos são um instrumento importante para compensar as desigualdades na nossa sociedade. Precisamos deles para financiar as infraestruturas, a educação e a prestação de apoio às pessoas carenciadas. A elisão fiscal não pode, por isso, ser encarada como um mero peccadilho – é, na verdade, uma forma de furto em prejuízo do

Estado e, em última análise, da sociedade», afirmou Petru Sorin Dandea, relator do parecer.

O CESE também recomenda que a cláusula de *switch-over* – que concede uma dedução de crédito em vez de isentar de tributação os rendimentos auferidos no estrangeiro – seja aplicada diretamente a todos os contribuintes que tenham gerado rendimentos em jurisdições consideradas como paraísos fiscais.

O CESE solicita à Comissão que inclua na diretiva uma disposição obrigando os Estados-Membros a divulgar os dados apresentados nos relatórios que serão objeto de troca automática de informações, mas defende que as PME não devem ficar sujeitas à obrigação de apresentar este tipo de relatórios, uma vez que tal comporta custos desproporcionados.

É necessário elaborar uma lista de países ou regiões que se recusam a aplicar as normas de boa governação no domínio da fiscalidade. Face aos danos causados pelo planeamento fiscal agressivo à matéria coletável dos Estados-Membros, o CESE apela à fixação de um prazo mais curto para a aplicação da diretiva do que o prazo de três anos previsto atualmente. (sma) ●



## Uma liberdade de circulação mais justa para todos

A mobilidade laboral é um princípio fundador da UE e uma das conquistas mais apreciadas pelos cidadãos europeus. Pode ajudar a criar oportunidades de emprego e prosperidade para os cidadãos e empresas europeus.

Em 2014, havia aproximadamente 15 milhões de trabalhadores móveis na UE, em comparação com pouco menos de 12 milhões em 2006. Nesse mesmo ano, o número de trabalhadores móveis em idade ativa que trabalhavam e viviam noutro Estado-Membro ascendia a 8,3 milhões, o que representava 3,4% de toda a mão de obra, para além dos 1,6 milhões de trabalhadores fronteiriços. «Para ser bem sucedida, a liberdade de circulação deve ser equitativa para todos. As normas devem garantir a igualdade de tratamento e a não discriminação em razão da nacionalidade», observa Laura González de Txabarri Etxaniz, relatora sobre o tema. «As práticas laborais injustas estão a explorar os trabalhadores e a conduzir ao

*dumping* social, ao passo que alguns Estados-Membros querem negar aos trabalhadores móveis o acesso às prestações sociais. Por outro lado, a conjuntura atual, devido à crise migratória, não é favorável à mobilidade laboral. A Europa deve mostrar força e determinação na defesa dos seus princípios e ajudar os trabalhadores móveis agora mais do que nunca».

O parecer destaca soluções práticas, como o reforço da inspeção do trabalho nos Estados-Membros e entre os mesmos, uma maior coordenação entre os sistemas nacionais de segurança social e uma maior atenção às necessidades dos trabalhadores destacados, nomeadamente mediante a consulta dos parceiros sociais antes da revisão da controversa Diretiva Destacamento de Trabalhadores a nível da UE. (cad) ●



© Shutterstock/Rido

## Contratos digitais: o CESE insta a Comissão a evitar a erosão dos direitos dos consumidores

Adotado na reunião plenária de abril, o parecer sobre direitos contratuais digitais (relator: Jorge Pegado Liz) analisa as propostas legislativas da Comissão sobre o fornecimento de conteúdos digitais e as vendas em linha de bens. As duas propostas são consideradas como um pacote com objetivos comuns no âmbito da Estratégia para o Mercado Único Digital.

O CESE concorda que é necessário resolver uma série de questões neste domínio, mas discorda da base jurídica invocada pela Comissão. Na opinião do Comité, o que está em jogo não é apenas a realização do mercado único, mas a definição e a defesa dos direitos dos consumidores. As medidas baseadas na política dos consumidores implicariam

uma harmonização mínima, deixando aos Estados-Membros a liberdade de adotar normas mais rigorosas de defesa do consumidor.

O parecer considera inaceitável as diferentes abordagens aplicáveis às vendas de bens em linha e fora de linha que surgiriam se fossem criados dois sistemas como resultado da proposta da Comissão. Defende firmemente que os direitos reconhecidos aos contratos cara a cara devem também ser aplicados na legislação sobre o ambiente em linha. Embora reconheça que algumas transações de conteúdos intangíveis são um caso especial, o CESE insiste que não devem ser tomadas medidas que prejudiquem os direitos dos consumidores.



© Shutterstock/Maxx-Studio

O CESE receia igualmente que as diretivas não contemplem toda uma série de pontos em que é necessária uma harmonização – por exemplo, a idade em que os menores podem celebrar contratos digitais e os botões «pague agora» nas páginas de certas redes sociais sem remissão para o sítio Web de alguma plataforma responsável.

Em matéria de defesa do consumidor na aquisição em linha de bens intangíveis – nomeadamente a segurança dos dados e a proteção da privacidade, o CESE considera que é urgente estabelecer regras claras, uma vez que o Reino Unido continua a ser o único Estado-Membro que dispõe de regulamentação deste tipo. (sg/dr) ●

## Comércio para Todos – Uma alavanca para um sistema mundial mais justo

No seu parecer sobre o tema «Comércio para Todos – Rumo a uma política mais responsável em matéria de comércio e de investimento», o CESE realça o recurso a acordos comerciais para promover o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos e sociais, o comércio justo e ético e a luta contra a corrupção. Na sequência da nova Comunicação da Comissão Europeia intitulada «Comércio para Todos», o CESE assinala a necessidade de uma maior participação da sociedade civil nas negociações e no processo de implementação, dado que a comunicação não inclui qualquer referência aos mecanismos de acompanhamento pela sociedade civil dos capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável dos acordos comerciais da UE em vigor.

O Comité considera que um debate de alto nível e informado a nível dos Estados-Membros e da UE contribuirá para garantir um maior envolvimento dos cidadãos e o seu apoio a um sistema de comércio mundial mais justo, uma vez que a política comercial deve refletir os valores europeus. Por conseguinte, o parecer acolhe favoravelmente o compromisso assumido pela Comissão no sentido de garantir uma gestão responsável das cadeias de abastecimento globais. O CESE espera que seja tida em conta a relação entre os acordos comerciais e a abordagem da UE em matéria de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (mm) ●

# A Comissão leva a sério a participação dos cidadãos? – Pergunta do CESE no Dia da Iniciativa de Cidadania Europeia



«A iniciativa de cidadania europeia (ICE) é um instrumento que permite aos cidadãos participarem no processo de elaboração das políticas europeias. Após cinco anos de experiência, verificamos que não está a funcionar corretamente. Chegou o momento de a Comissão Europeia seguir as recomendações das instituições», afirmou Michael Smyth, vice-presidente do CESE, no Dia da ICE 2016, organizado a 20 de abril pelo CESE, em Bruxelas. Muitos dos participantes provenientes de organizações da sociedade civil ficaram desiludidos não só porque a Comissão protelou a revisão desta iniciativa mas também pela ausência do Comissário Frans Timmermans no Dia da Iniciativa de Cidadania Europeia.

O CESE não está só nos seus esforços para que a iniciativa de cidadania europeia se torne, finalmente, o que se previa no Tratado de Lisboa, ou seja, um instrumento inovador da democracia participativa transnacional:

- a Provedora de Justiça Europeia elaborou onze orientações com vista a uma melhoria;
- o Parlamento Europeu enviou uma resolução com propostas claras e específicas para uma revisão da ICE;
- o Comité das Regiões adotou um parecer no qual preconiza uma revisão rápida e substancial da ICE;
- por último, mas não menos importante, a própria Comissão, no seu relatório de abril de 2015, reconheceu que os organizadores se depararam com inúmeras dificuldades e propôs alterações; contudo, em vez de levar a cabo essas alterações, adiou a revisão da ICE.

As principais conclusões da audição serão incluídas no parecer do CESE sobre a revisão da iniciativa de cidadania europeia, cuja elaboração está atualmente em curso. O CESE tem participado ativamente no processo da ICE enquanto facilitador e mentor institucional. (sma) ●

## Economia circular: O CESE apela a uma maior ambição e a objetivos abrangentes

No seu parecer sobre o «Pacote de medidas relativas à economia circular», adotado na reunião plenária de abril, o CESE acolhe favoravelmente as propostas como um passo na direção certa. Contudo, subsiste uma questão essencial: serão estas medidas suficientes para garantir a transição das economias europeias para um modelo verdadeiramente circular, que dissocie a prosperidade económica da utilização dos recursos naturais e multiplique os benefícios económicos e sociais?

Os produtores devem ser incentivados a desenvolver modelos empresariais em que o aluguer e a venda de bens enquanto serviços se tornem uma prática comum, com todos os custos internalizados, e os regimes de responsabilidade alargada do produtor devem ser obrigatórios para os Estados-Membros. Os fabricantes devem também ser obrigados a fornecer informações sobre o tempo de utilização previsto dos seus produtos.

Segundo o CESE, a revisão prevista da Diretiva Conceção Ecológica deve ter em conta o ciclo de vida dos produtos na íntegra, incluindo durabilidade, reparabilidade, disponibilidade/acessibilidade económica das peças sobressalentes, e deve prever a divulgação incondicional de informações sobre reparação e assistência técnica por parte dos fabricantes. O CESE também preconiza a proibição total da obsolescência programada.

O CESE propõe o desenvolvimento de mecanismos de apoio que permitam às pessoas com rendimentos mais baixos aceder

a bens e serviços de maior qualidade cujos custos sejam inicialmente mais elevados. Estes mecanismos poderiam incluir regimes de empréstimos apoiados pelo Estado ou regimes de financiamento apoiados pelos fabricantes, aplicando taxas menos elevadas aos produtos com um tempo de utilização mais longo. Não obstante, uma rotulagem precisa ajudará igualmente os consumidores a fazer escolhas informadas.

O CESE considera que é importante identificar, numa fase inicial, as pessoas que podem ser prejudicadas por esta transição e tomar as medidas adequadas de proteção social, nomeadamente em matéria de educação, formação e reciclagem profissional. No que diz respeito ao aumento da consciencialização, trata-se de um esforço a longo prazo, que deve visar a sociedade no seu conjunto e deve ter início logo a partir do ensino pré-primário para preparar uma nova geração de consumidores responsáveis e que atuem como vetores de mudanças comportamentais.

Além disso, o CESE oferece a sua disponibilidade para promover ativamente as redes de atores da sociedade civil que preconizam a transição para um modelo de economia circular, bem como explorar as possibilidades de estabelecer um fórum europeu para uma economia circular, que criaria oportunidades para o intercâmbio de ideias, a troca de boas práticas e a sensibilização em relação às mesmas. (sma) ●

## Eslováquia prepara-se para assumir o leme da Presidência da UE

Em julho, a Eslováquia assumirá, pela primeira vez, a Presidência semestral do Conselho da União Europeia. O semestre em que a Eslováquia estará ao leme do Conselho constituirá a 116.<sup>a</sup> Presidência rotativa da UE, precedendo-lhe a atual Presidência neerlandesa e sucedendo-lhe a Presidência maltesa.

A Presidência eslovaca centrar-se-á numa série de questões de especial importância para a UE, como o mercado único, a União da Energia, a política de coesão, a União dos Mercados de Capitais, a revisão intercalar do quadro financeiro plurianual para 2014-2020, o orçamento anual da UE para 2017 e o alargamento.

Além dos temas há muito previstos, a crise de migração, a revisão dos regulamentos de Dublin e a luta contra o terrorismo também ocuparão um lugar de destaque no programa de trabalho. Além disso, as questões com que a Eslováquia terá de lidar durante a sua Presidência estarão condicionadas por outros acontecimentos, nomeadamente os resultados do referendo do Reino Unido sobre a sua permanência na UE.

Na Eslováquia, o interesse público pelos assuntos da UE atinge o nível mais baixo alguma vez registado na UE. A Presidência constituirá, assim, uma oportunidade para

dialogar com os cidadãos sobre as questões europeias e o papel da Eslováquia na UE.

A cooperação entre o CESE e a Presidência é bastante intensa. O Governo eslovaco solicitou ao CESE quatro pareceres exploratórios sobre os seguintes temas:

- impacto da evolução tecnológica no sistema de segurança social e no direito do trabalho;
- avaliação intercalar do programa Horizonte 2020;
- nova configuração do mercado da eletricidade e potenciais repercussões para os consumidores vulneráveis; e
- legislação à prova do tempo.

A reunião extraordinária da Mesa do CESE terá lugar em 14 de junho, em Bratislava.

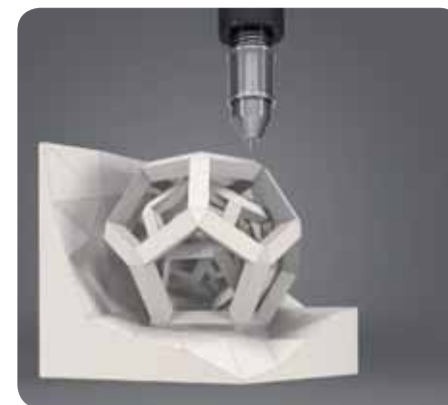
A versão final do programa de trabalho da Presidência eslovaca será adotada em junho e apresentada por Ivan Korčok, secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus eslovaco e plenipotenciário do Governo para a Presidência eslovaca do Conselho da União Europeia, por ocasião da reunião plenária de julho do CESE, em 13 de julho. (as/mb/ns/pbs) ●

# CESE defende infoinclusão e conhecimentos digitais para todos os cidadãos europeus

No passado dia 21 de abril, a Jornada Digital de 2016 reuniu representantes da indústria, responsáveis políticos e representantes da sociedade civil para debater os riscos, as oportunidades e o potencial de inclusão e de exclusão atualmente gerados pela economia digital. O evento, coorganizado pelo CESE e pelo grupo de reflexão Confrontations Europe, incidiu sobre a economia digital enquanto fulcro da competitividade da UE, a promoção das competências digitais, a necessidade de fomentar a reconversão profissional e o papel da sociedade civil.

O CESE é de opinião que a economia digital é um domínio de importância económica estratégica para os países da União Europeia. Os dados digitais formam atualmente a base das atividades em todos os domínios da economia, da administração pública, da cultura e dos serviços sociais e de saúde. A sua utilização inovadora é a principal fonte do aumento da produtividade da economia da UE. O CESE assinala, contudo, que, para explorar plenamente as potencialidades de uma economia baseada no conhecimento, é muito importante assegurar a reciclagem profissional dos trabalhadores, a fim de os munir das competências necessárias para trabalhar nos novos empregos e setores da economia. Este aspeto é particularmente importante atendendo a que, em 2020, 80% dos postos de trabalho exigirão conhecimentos e competências digitais.

No entender do CESE, para todos poderem beneficiar da revolução digital, há que encarar o acesso às infraestruturas e aos



© shutterstock/arenemho Sergii

instrumentos como um direito fundamental. O Comité defende igualmente que a UE e os Estados-Membros deverão garantir a acessibilidade digital através da aprendizagem constante das competências digitais. Importa ter em especial atenção os grupos vulneráveis da sociedade. A sociedade civil tem um papel essencial a desempenhar neste domínio – o CESE insta a UE, as autoridades nacionais e os poderes locais a utilizar as estruturas de diálogo existentes para se reunirem com representantes da sociedade civil, a fim de identificar com maior precisão as necessidades da esfera digital. (sg) ●

## O rosto humano da crise dos refugiados – Exposição de Giles Duley no CESE



Giles Duley no CESE

No seguimento do seu trabalho sobre os refugiados e a migração, o CESE acolhe atualmente uma exposição fotográfica de Giles Duley, fotógrafo e antigo correspondente de guerra aclamado internacionalmente, que ilustra os muitos homens, mulheres e crianças que atravessaram o Mediterrâneo e chegaram à ilha grega de Lesbos.

Giles Duley, cidadão britânico, é muito conhecido pelas suas fotografias sobre questões humanitárias e sobre as consequências dos conflitos. A exposição é o resultado de uma colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Na inauguração, Georges Dassis, presidente do CESE, afirmou que «a segurança das fronteiras não deve levar à rejeição das pessoas que necessitam de proteção por razões humanitárias». Por seu turno, Giles Duley afirmou: «Nunca se deveria ter permitido que isto

acontecesse. Fiquei chocado e estupefacto com o que vi», e Sophie Magennis, do ACNUR, observou: «Estas fotografias dão voz aos que não a têm e um rosto aos números. A situação dos refugiados na Europa só pode ser gerida através de um esforço coordenado. Temos de alcançar a concretização de um verdadeiro Sistema Europeu Comum de Asilo através da solidariedade genuína».

A experiência pessoal de Giles Duley serviu de inspiração ao seu trabalho humanitário. Ficou gravemente ferido enquanto perseguia a sua paixão pela fotografia no Afeganistão, mas os ferimentos não afetaram a sua determinação em regressar à fotografia. A sua anterior exposição, intitulada «One Second of Light», ilustra o custo humano devastador do conflito armado. A exposição estará patente até 20 de maio. (mm) ●

## A política externa começa no interior da UE Nova Estratégia para a Política Externa e de Segurança da UE

O recente parecer do CESE sobre a proposta de estratégia para a política externa e de segurança salienta a ligação entre a política interna e externa, observando que os valores europeus estão a ser abalados pelas desigualdades sociais na UE. «Não é realista pensar numa política externa e de segurança mais estruturada, partilhada e eficaz da UE sem inverter o aumento das desigualdades económicas e sociais entre os seus Estados-Membros», afirma o relator do parecer, José María Zufaur Narvaiza. «A Europa deve empenhar-se em reafirmar o seu papel de “defensora da igualdade” e “promotora da liberdade, segurança e prosperidade”».

Defender a democracia no exterior implica desenvolver uma sociedade civil forte dentro de portas: essa representa, de facto, «a chave para estreitar os laços com as sociedades civis de outros países». O CESE considera que é chegada a hora de reforçar o orçamento dedicado à ação externa da UE e de, a par disso, facilitar o percurso dos países candidatos rumo à adesão, adotar uma política comum de segurança e defesa eficaz, dar resposta ao fluxo de refugiados e migrantes e promover o comércio e o investimento. (mm) ●

# CESE insiste: Estratégia da Aviação para a Europa só terá êxito com apoio de todas as partes interessadas

A audição pública sobre o tema «Concretizar a estratégia da UE para a aviação», realizada pelo CESE, em 21 de abril, reuniu representantes da indústria, decisores políticos e diversas partes interessadas. A audição, que se centrou na Estratégia da Aviação para a Europa apresentada pela Comissão em dezembro de 2015, bem como no seu impacto na criação de emprego e no crescimento económico, e na forma de assegurar a adesão das partes interessadas, contribuirá para os trabalhos do CESE no âmbito do seu parecer sobre o «Pacote de medidas sobre o setor da aviação».

«A Estratégia da Aviação deve criar um clima mais favorável ao investimento a fim de incentivar os investidores da UE. As medidas previstas contribuirão para o reforço da competitividade do setor e do seu papel global na economia, fomentando, assim, o crescimento e o emprego», afirmou Jacek Krawczyk, relator do CESE para a Estratégia da Aviação.

«Temos de assegurar que o setor da aviação europeu permaneça na linha da frente», declarou Violeta Bulc, comissária europeia responsável pelos Transportes, na sua alocação inaugural.

O CESE concorda plenamente com esta abordagem holística. A estratégia só poderá ter êxito com o apoio firme e alargado de todos os intervenientes da rede de valor do setor da aviação. Com este parecer o CESE pretende, entre outros aspetos, identificar os incentivos necessários para tornar a estratégia apelativa e benéfica para todos: Estados-Membros, companhias aéreas, aeroportos, prestadores de serviços de navegação aérea, fabricantes, sindicatos, ambientalistas e organizações de consumidores. (sg) ●

## UMA ESPERANÇA PARA A EUROPA! Cultura, cidades e novas narrativas

De que modo podem a cultura e as cidades contribuir para criar esperança e construir uma nova narrativa para a Europa? De que forma pode a cultura impulsionar o crescimento económico? Como podem as cidades transformar diversidade cultural em inovação social, coesão e confiança? Em contrapartida, como podem as artes e a cultura revitalizar e regenerar as cidades, conferindo-lhes uma nova identidade? Que papel podem desempenhar as artes e a cultura na expressão e consolidação da identidade da Europa e das suas relações com os nossos vizinhos? É chegada a hora de um Novo Renascimento para uma Nova Europa?

Estas são algumas das questões que serão abordadas em Bruxelas, em 20 e 21 de junho de 2016, por ocasião da conferência de alto nível organizada pelo Grupo dos Interesses Diversos

do Comité Económico e Social Europeu (CESE) – e moderada por Luca Jahier, presidente do grupo –, em estreita parceria com a Comissão da Cultura e da Educação do Parlamento Europeu, o Conselho da Europa e o Centro de Belas Artes (Bozar). O evento permitirá analisar de que modo, por que razão e em que situações a cultura pode hoje ser considerada importante na Europa.

Mais especificamente, a conferência debruçar-se-á sobre quatro temas:

- a cultura como veículo de crescimento económico;
- a cultura como instrumento de revitalização das cidades e dos territórios;
- a cultura como instrumento de integração e inclusão;
- redefinir a identidade europeia dentro e fora da Europa.



Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos

A conferência constituirá também uma oportunidade para apresentar em primeira mão o estudo «Culture, Cities and Identity in Europe» [Cultura, cidades e identidade na Europa] encomendado pelo CESE à Culture Action Europe e à United Cities and Local Government (UCLG-Agenda 21).

Por fim, no final do dia 20 de junho, o CESE será palco de um evento cultural, que demonstrará como a cultura se pode tornar um instrumento global de diálogo, compreensão e construção da paz. (cl) ●

## Próxima Presidência maltesa da UE – Participação do Grupo dos Empregadores

Os preparativos para a próxima Presidência maltesa do Conselho da UE foram um dos temas da visita de trabalho do presidente do Grupo dos Empregadores, Jacek Krawczyk, a Malta. Jacek Krawczyk manifestou a vontade do grupo de cooperar ativamente com as organizações patronais maltesas e com o governo na preparação da Presidência.

Participam nestes preparativos as principais organizações patronais maltesas – Câmara do Comércio, das Empresas e da Indústria de Malta, Associação de Hotelaria



Jacek Krawczyk, presidente Grupo dos Empregadores, com Ian Borg, ministro dos Assuntos Europeus de Malta

e Restauração de Malta, União Geral dos Retalhistas e Comerciantes e Malta Business Bureau –, às quais cabe identificar os quatro

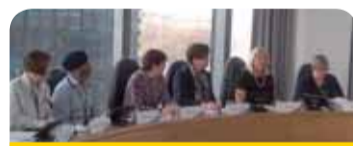
temas principais que constituirão a agenda dos empregadores para a Presidência. Em seguida, esta será formalmente apresentada ao primeiro-ministro e ao secretário de Estado parlamentar de Malta, bem como às principais organizações patronais em Bruxelas.

Malta assumirá a Presidência da UE, pela primeira vez, em janeiro de 2017, após a Presidência eslovaca, que decorrerá no segundo semestre de 2016. (lj) ●

## Os sindicatos e o referendo do Reino Unido sobre a UE

Em 21 de abril, a Presidência alargada do Grupo dos Trabalhadores reuniu-se com sindicatos britânicos em Londres para debater o referendo no Reino Unido. A grande maioria dos sindicatos do Reino Unido manifestou-se a favor da permanência do país na UE, pois, como salientaram vários intervenientes, a Europa deve proporcionar a todos uma oportunidade em termos de direitos, emprego e prosperidade económica.

Os participantes sublinharam o excelente sentido de oportunidade de um estudo realizado pelo departamento de investigação sobre o trabalho (LRD – Labour Research Department) a pedido do Grupo dos Trabalhadores, cuja publicação coincidiu com a apresentação por parte do governo britânico de um projeto de lei sindical que representa o maior atentado contra os direitos sindicais dos últimos 30 anos. Este estudo (*The crisis and the Evolution of Labour Relations in the UK* [A crise



A Presidência alargada do Grupo dos Trabalhadores reúne-se com sindicatos britânicos em Londres

e a evolução das relações laborais no Reino Unido], disponível no seguinte endereço: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.group-2-studies.39081>,

explica as propostas do projeto de lei e conclui, designadamente, que várias medidas tomadas pelo governo conservador alteraram o equilíbrio de poder a favor dos empregadores, numa série de questões relacionadas com o local de trabalho.

Os participantes consideraram, por isso, que os trabalhadores britânicos ficavam melhor dentro da UE, cujo acervo social os protege de tais ataques aos seus direitos, e que os trabalhadores no Reino Unido e na UE tinham um interesse comum em trabalhar em conjunto para melhorar a Europa social.

A reunião terminou numa nota positiva, tendo os participantes sublinhado o seu apoio a uma Europa justa e social e a sua determinação em se opor ao projeto de lei sindical britânico, bem como a qualquer tentativa de reduzir os direitos dos trabalhadores no Reino Unido ou em qualquer outra parte. O pilar dos direitos sociais proposto recentemente pela Comissão Europeia constitui uma base sólida para os sindicatos se apoiarem neste esforço comum. (mg/fs) ●

### Editores:

Alun Jones (editor-chefe)  
Daniela Marangoni (dm)

### Colaboraram nesta edição:

Anna Skulavikova (as)  
Caroline Alibert-Deprez (cad)  
Chloé Lahousse (cl)  
Daniela Marangoni (dm)  
Diaelhak Raguragui (dr)  
Francisco Soriano (fs)  
Leszek Jarosz (lj)  
Marian Brestovansky (mb)  
Margarita Gavanias (mg)  
Milen Minchev (mm)  
Natalia Schneiderova (ns)  
Paola Braga Sunye (pbs)  
Satu Kankala (sk)

Siana Glouharova (sg)  
Silvia M. Aumair (sma)

### Coordenação geral:

Agata Berdys (ab)

### Data do fecho desta edição: 4 de maio de 2016

### Endereço:

Comité Económico e Social Europeu  
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99,  
B-1040 Bruxelas, Bélgica  
Tel. (+32 2) 546.94.76  
Fax (+32 2) 546.97.64  
Correio eletrónico: [eescinfo@eesc.europa.eu](mailto:eescinfo@eesc.europa.eu)  
Sítio Internet: <http://www.eesc.europa.eu/>

## NOTÍCIAS BREVES

### CESE e Quarteto Tunisino reforçam cooperação

No final da sua visita oficial de dois dias à Tunísia, Georges Dassis, presidente do CESE, assinou um acordo com os representantes do Quarteto Tunisino que visa reforçar os laços entre a sociedade civil europeia e a sociedade civil tunisina.

A assinatura do acordo é um sinal positivo para os dirigentes de ambas as margens do Mediterrâneo, confirmando o papel fundamental da sociedade civil na democracia participativa da Tunísia e nas relações do país com a Europa, incluindo o acompanhamento conjunto do Acordo de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado. As negociações sobre este acordo acabam de ter início.

Durante a sua visita, Georges Dassis reuniu-se ainda com os ministros responsáveis pelas relações com a sociedade civil, pela formação profissional e pelos assuntos sociais. Saudou a importância atribuída à liberdade de expressão, à democracia e ao papel da sociedade civil. Desde 2011, ano da dissolução do antigo Conselho Económico e Social da Tunísia, o CESE tem colaborado estreitamente com os organismos do Quarteto para reforçar o papel da sociedade civil na governação e gestão do país. Alguns representantes do Quarteto estiveram presentes na reunião plenária do CESE em 21 de janeiro de 2016 e confirmaram que iriam participar na próxima Cimeira Euro-Mediterrânica dos Conselhos Económicos e Sociais, em outubro de 2016. (cad) ●

### Gonçalo Lobo Xavier, vice-presidente, na reunião informal dos ministros dos Assuntos Sociais e do Emprego

Em 19 de abril, na reunião informal dos ministros dos Assuntos Sociais e do Emprego, realizada em Amesterdão, o vice-presidente do CESE responsável pela Comunicação afirmou: «A mobilidade laboral é também por vezes associada ao *dumping* social e salarial, e à crença de que os trabalhadores móveis fazem "turismo social". Trata-se de uma crença infundada, e todos os estudos demonstram que os trabalhadores móveis se deslocam para onde há trabalho e não para explorar os serviços públicos e sociais».

Na presença de Lodewijk Asscher, vice-primeiro-ministro neerlandês, e Marianne Thyssen, comissária europeia responsável pelo Emprego, os participantes na reunião analisaram iniciativas futuras, como a revisão da Diretiva Destacamento de Trabalhadores e o novo Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

O CESE está preocupado com a perceção que os cidadãos têm da mobilidade laboral e com a hostilidade em relação a este fenómeno. Os dados mais recentes revelam que há 8,3 milhões de trabalhadores móveis na UE, o que representa apenas 3,4% de toda a mão de obra europeia. Estes trabalhadores podem estar mais expostos a abusos e discriminações em matéria de segurança social, condições de trabalho e salários, acesso às prestações sociais e à educação.

O CESE considera prioritário contribuir ativamente para o futuro Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Está a ser elaborado um parecer sobre a matéria, tendo sido designados relatores os três presidentes de grupo – Jacek Krawczyk (Grupo dos Empregadores), Gabriele Bischoff (Grupo dos Trabalhadores) e Luca Jahier (Grupo dos Interesses Diversos).

A fim de obter uma panorâmica das diferentes necessidades e situações em todos os Estados-Membros da UE, o Comité realizará missões de observação, indo ao encontro dos parceiros sociais e das organizações da sociedade civil, até setembro de 2016. Os resultados serão tidos em conta na consulta da Comissão sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e permitirão propor medidas no domínio do emprego e da política social, nomeadamente em matéria de igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas, bem como proteção social adequada e sustentável para todos.

O CESE colabora com a Comissão Europeia, para garantir que esta consulta inclui os pontos de vista da sociedade civil. O Comité está determinado em acompanhar este processo e garantir que o pilar se torne operacional com o recurso a instrumentos juridicamente vinculativos e adequados, o que constitui a única forma de alcançar progresso social na Europa. (cad) ●

CESE Info em 23 línguas: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

maio de 2016 / 5

O *CESE Info* é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE.

As versões impressas do *CESE Info* em alemão, inglês e francês podem ser obtidas gratuitamente junto do Serviço de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu.

Além disso, o *CESE Info* encontra-se disponível em 23 línguas, em formato PDF, no sítio Web do Comité:

URL: <http://www.eesc.europa.eu/?i=portal.en.eesc-info>

O *CESE Info* não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no *Jornal Oficial da União Europeia* e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do *CESE Info* como fonte, é autorizada (mediante envio de cópia ao editor).

Tiragem: 6 500 exemplares.

O próximo número sairá em julho de 2016.



Serviço das Publicações